



IDENTIDADES INDÍGENAS EM LIVROS DIDÁTICOS BRASILEIROS DE HISTÓRIA: UMA ABORDAGEM ENUNCIATIVA

Luiz Francisco Dias¹

Resumo: Este estudo aborda a constituição de sentidos de termos relativos à identidade social de indígenas, principalmente os indígenas brasileiros, em livros de História contemporâneos. Para isso, foram mobilizados conceitos da Semântica da Enunciação, como referencial histórico, pertinência enunciativa e formação nominal. O desenvolvimento da análise foi conduzido por redes enunciativas, em uma abordagem qualitativa. Os resultados da abordagem indicam o abandono do termo “índio”, a adoção dos termos “indígena” e “povos indígenas”. Por seu turno, o conceito de “nação indígena” não é assumido nos enunciados dos livros analisados quando se refere aos indígenas brasileiros. A “temporalização locucional” e as noções de uso e menção foram essenciais na compreensão do posicionamento dos locutores em relação às identidades indígenas em causa.

Palavras-chave: semântica da enunciação; significação; livro didático de história; concepções indígenas

Abstract: This study addresses the construction of meanings associated with the social identity of indigenous peoples, particularly Brazilian indigenous peoples, in contemporary history books. To achieve this, concepts from the Semantics of Enunciation, such as historical reference, enunciative relevance, and nominal formation, were utilized. The analysis was conducted through enunciative networks using a qualitative approach. The findings indicate a shift away from the term “Indian” and the adoption of the terms “indigenous” and “indigenous peoples.” However, the concept of “indigenous nation” is not employed in the books analyzed when referring to Brazilian indigenous peoples. The concepts of “locutionary temporalization” and the distinctions between use and mention were essential in understanding the positioning of the authors regarding the indigenous identities in question.

Keywords: Semantics of enunciation; meaning; history textbooks; indigenous concepts

Introdução

Este estudo aborda a significação de termos e expressões que designam a identidade indígena concebida socialmente nas principais coleções didáticas brasileiras de História dos anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º ano). Essas coleções foram aprovadas no âmbito do PNLD (Programa Nacional do Livro e do Material Didático) para serem utilizadas nas escolas públicas no País a partir de 2024.

Mais especificamente, o estudo pretende compreender os sentidos de termos como nação indígena, etnia indígena, grupo indígena, a partir da concepção de formação nominal, a qual temos desenvolvido no âmbito da Semântica da Enunciação.

Esse recorte temático se justifica pela importância que o tema da identidade indígena suscita nos debates contemporâneos em torno das diversas dimensões da inclusão social. Além disso, temos assistido uma crescente participação de indígenas nos debates midiáticos levantando pontos de vista enriquecedores quanto ao papel do indígena na sociedade.

¹ Doutor em Linguística. Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos. Semântica da Enunciação: a formação do sentido em articulações linguísticas. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

O fundamento do estudo está na Semântica da Enunciação, um dos matizes teóricos dos estudos da significação, cujo desenvolvimento tem sido produtivo nos últimos anos a partir das concepções do semanticista brasileiro Eduardo Guimarães.

Para que possamos alcançar o nosso intento, o texto foi desenvolvido nas seções a seguir. Inicialmente, apresentamos os fundamentos teóricos do estudo, com destaque para os conceitos operados na análise. A seguir, apresentamos os marcos metodológicos do trabalho, com destaque para a constituição do *corpus* e para a concepção de redes enunciativas. Por último, abordaremos os enunciados das coleções, com destaque para as formações nominais que incidem na nossa temática, finalizando com um esboço de conclusões advindas dessa análise.

1. Formação nominal, referencial histórico e pertinência enunciativa

A perspectiva teórica que fundamenta o presente estudo está centrada na Semântica da Enunciação. Esse modelo teórico se constitui como um modo de conceber a significação com fundamento no acontecimento sócio-histórico da produção do enunciado.

Dentre os traços que distinguem a nossa abordagem, está um modo específico de se conceber a produção do enunciado a partir das articulações linguísticas. Nessa direção, defendemos a tese segundo a qual as formas da língua formam um sistema de regularidades balizado pelos referenciais histórico-sociais estabilizadores da significação. Isso significa que essas regularidades são discursivamente motivadas para que possam significar. Nessa direção, as articulações das formas linguísticas são determinadas pelo acontecimento enunciativo da produção do enunciado, ou seja, pela enunciação.

Tendo isso em vista, uma semântica da enunciação deve ser uma teoria explicativa desses domínios de mobilização do sentido que constituem as razões enunciativas das articulações formadoras das unidades linguísticas, com vistas a constituir a significação. Assim, abordar a significação é mais amplo do que estudar o significado das formas, pois essa abordagem envolve a compreensão da mobilização que constitui o fazer sentido nas articulações linguísticas.

Uma das possibilidades de se conceber a dinâmica dessa mobilização constituinte da significação está na perspectiva formulada por Pêcheux (1982; 1983). As unidades orgânicas da língua advêm de “já-ditos” constituídos nas tramas da história, isto é, nas relações que mantemos socialmente. Essas formulações dessas tramas vão deixando rastros daquilo que se disse, formando traços de memória, os quais são dispersos e estão sujeitos a reconfigurações

permanentes. Esses traços seriam, na concepção de Pêcheux, “índices legíveis de tramas” constituindo um corpo sócio-histórico (Pêcheux, 1982: 286). Na enunciação, esses traços de memória se fazem presentes, e estão sujeitos a se reconfigurarem na contemporaneidade do enunciar.

Por sua vez, no entender de Foucault (1969), os nossos enunciados se apoiam em um “suporte institucional”. Na concepção dele, o suporte institucional advém de tudo aquilo que escutamos, lemos, captamos ao longo da nossa vida, sobre quem eu sou, quem são os outros, como os identificamos, o que são os animais, os objetos, as entidades abstratas, os extratos da natureza, e como isso tudo funciona. Esse suporte institucional se constitui de discursos, de enunciados socialmente agregados e circulantes entre os falantes, e não de um saber enciclopédico abstrato. As entidades da exterioridade linguística não se encontram discriminadas e delimitadas na natureza. Elas emergem na enunciação a partir dos discursos que as tomam por tema. Dessa maneira, o compromisso de um nome não é com a entidade em si, mesmo porque ele não existiria nessa condição, mas com o campo de emergência das entidades, socialmente recortado. Sendo assim, é o próprio enunciar, e não as propriedades inerentes aos seres, estados e relações, que produz o referencial a partir do qual esses seres, estados e relações podem ser referenciados individualmente no nosso cotidiano.

Longe de buscar uma convergência entre as perspectivas de significação de Pêcheux e Foucault como um todo, nós nos inspiramos no conceito de “referencial” de Foucault, entendendo que, especificamente, ele não é incompatível com uma abordagem sócio-histórica.

Frente a isso, a abordagem da enunciação que estamos desenvolvendo procura descrever a relação entre o que “já fez sentido” em referenciais do dizer e um “a fazer sentido”, tendo em vista as pertinências que o enunciado contrai no presente do enunciar. Essa é a base do conceito de significação na abordagem de Dias (2018).

Essa perspectiva vai ao encontro do conceito de enunciação desenvolvido no Brasil por Guimarães (1995; 2002; 2018): a enunciação é o acontecimento da produção de um enunciado, e nesse acontecimento constitui-se a significação. E ainda, o acionamento da língua instala o acontecimento, tendo em vista ser a língua afetada pelas discursividades. Sendo assim, podemos dizer que a necessidade de significar socialmente é que aciona a língua, produzindo a nossa participação nas tramas histórico-sociais na medida em que os nossos dizeres tornam-se parte do campo de acontecimentos enunciativos que alimentam os espaços de práticas sociais. Segundo formulação de Guimarães (1996, p. 32), a forma

linguística é “uma latência à espera do acontecimento enunciativo, onde o presente e o interdiscurso a fazem significar”.

A título de balanço do que apresentamos até aqui, destacamos a ideia de uma razão enunciativa para a articulação entre formas linguísticas como fundamento de um olhar semântico voltado para o funcionamento da língua. O conceito de acontecimento aparece como uma concepção central, no sentido de representar o objeto de estudo dessa semântica. A enunciação, na condição de acontecimento de linguagem, como vimos, é constituída na relação entre uma memória de dizeres (ou traços de memória) e uma atualidade do dizer.

Dizemos, portanto, que as relações de pertencimento do enunciado a uma atualidade do dizer se ancora em referenciais históricos. Com base nessa concepção, desenvolvemos os conceitos de pertinência enunciativa e de referencial histórico. Em Dias (2018, p. 142), elaboramos a seguinte formulação para os dois conceitos:

O referencial histórico é definido como o domínio de ancoragem da significação na língua, a partir do funcionamento das relações sociais. Trata-se da filiação institucional dos nossos dizeres, quando a enunciação adquire suporte na constituição histórica da sociedade. Ao mesmo tempo em que um enunciado adquire relação com os referenciais históricos da enunciação, ele também adquire relação com a sua ocorrência no presente do enunciar. Daí nasce o conceito de pertinência enunciativa, definida como a relação que um enunciado mantém com as cenas que nos acionam a dizer algo na instância do presente do enunciar. No cotidiano, nós somos evocados ou acionados a responder, a interpretar, a interferir enunciativamente nas situações de enunciação que a nós se apresentam. Quando tomamos a palavra, seja no oral, seja no escrito, o fazemos de diferentes maneiras tendo em vista as diferentes situações de enunciação. Os nossos enunciados, portanto, se adaptam ao modo de pertencimento às cenas de enunciação do presente.

O referencial, nessa concepção, se configura como uma perspectiva social de ancoragem do dizer. Por meio dessas perspectivas, concebemos a exterioridade linguística como algo significativo nas locuções.

A noção de pertinência, por sua vez, está muito próxima da concepção de pertencimento ou pertença. Tudo o que formulamos em enunciação adquire relação de pertencimento imediato (o que eu digo em um bate-papo tem relação com o aquilo que o(s) interlocutor(es) diz(em), por exemplo) ou remoto (as posições teóricas que desenvolvo em um artigo científico adquirem relação com outras posições com as quais eu concordo ou discordo, por exemplo).

A pertinência do enunciado a um espaço de enunciação - pertinência concebida na relação entre recortes de memória de significação e a demanda de um presente - movimenta as formações articulatórias que constituem a unidade do enunciado, a sua constituição formal.

No presente estudo, vamos analisar a constituição da unidade nominal a partir de um conceito operacional que temos desenvolvido nos últimos anos. Trata-se do conceito de formação nominal (FN). Em Dias (2018, p. 122), apresentamos a FN nos seguintes termos:

formação nominal não designa nem o produto da constituição morfológica de nomes compostos, como nos estudos morfológicos estruturalistas, e nem o produto de um corte sintagmático, propulsor do nome sintagma. Ao contrário, designa o processo de constituição dos nomes e seus articuladores do ponto de vista da enunciação. O foco dessa abordagem tem sido, até o presente, o desenvolvimento das razões enunciativas que explicam a articulação do nome aos seus determinantes, na perspectiva do processo, e não do produto, numa abordagem de ordem explicativa e não simplesmente descritiva.

Assim definido, o conceito de FN se distingue do conceito de SN (sintagma nominal) pelo fato de apresentar como suporte teórico uma abordagem enunciativa das relações linguísticas, especificamente das razões enunciativas da constituição do nome.

No estudo, o termo formação nominal vai incidir sobre uma forma linguística simples (um substantivo) ou articulada (um grupo nominal), mas concebida do ponto de vista da sua enunciação. Daí o termo “formação”.

A abordagem adota também o conceito de locução, não na acepção austiniana, e nem na acepção gramatical. Trata-se simplesmente da assunção da palavra no acontecimento enunciativo, que tem um locutor como figura responsável pela integração do enunciado e dos enunciados. Essa perspectiva é inerente ao conceito de politomia desenvolvido por Guimarães (2018).

2. Concepções metodológicas e procedimentos de análise

2.1. A presença das temáticas indígenas nos livros didáticos atuais

Analizamos nove coleções de livros didáticos de História dentre as 14 coleções aprovadas no PNLD 2024 para o Ensino Fundamental, anos finais (6º ao 9º ano). São coleções representativas dentre os livros solicitados pelas escolas em todo o País. Sendo assim, a nossa abordagem compreende um universo de 36 livros.

Todos os livros analisados estavam em meio digital. Isso nos permitiu realizar um levantamento prévio de termos-chave envolvendo a temática da identidade indígena concebida na sua coletividade: índio(s), indígena(s), povo(s) indígena(s), nação (ões) indígena(s), etc. Esse levantamento foi realizado pelo sistema de localização de palavras e expressões do aplicativo Adobe Acrobat, tendo em vista que os livros estavam no formato PDF pesquisável.

A localização digital desses termos-chave gerou dados quantitativos. No entanto, o nosso estudo não apresenta um caráter de pesquisa quantitativa. Esses dados foram úteis apenas para um conhecimento preliminar da distribuição das formações nominais referentes às identidades indígenas no conjunto dos livros analisados.

As coleções analisadas foram as seguintes:

COLEÇÃO	AUTOR/EDITOR	EDITORA	IDENTIFICAD OR
<i>Araribá Conecta – História</i>	Maria Clara Antonelli	Moderna	Araribá
<i>Expedições da História</i>	Gilberto Cotrim; Jaime Rodrigues	Moderna	Expedições
<i>Se liga na História</i>	Patrícia Ramos Braick; Ana Barreto	Moderna	SeLiga
<i>Superação! História</i>	Caroline Minorelli; Charles Chiba	Moderna	Supera
<i>Viver História</i>	Leandro Karnal e outros	Moderna	Viver
<i>Geração alpha - História</i>	Débora Yumi Motooka; Valéria Vaz	SM Educação	Alpha
<i>História.doc</i>	Ronaldo Vainfas e outros	Saraiva	Doc
<i>Jornadas: novos caminhos</i>	Maurício Cardoso; Priscila Nina	Saraiva	Jornadas
<i>Jovem Sapiens - História</i>	Adriana Machado Dias; Keila Grinberg; Marco Pellegrini	Scipione	Sapiens

Ao longo das análises, utilizamos o “identificador” como forma de referência às coleções. Essa forma imprime visibilidade à identificação. Assim, nas referências dos enunciados temos, como exemplo, “Expedições-9: 45”. Trata-se de um enunciado do livro *Expedições da História*, nono ano, página 45.

Tendo em vista que as coleções analisadas foram de edições para professores, há uma parte inicial dos livros que aborda as características da coleção, e é direcionada a eles, professores. Essa parte não foi incluída na análise. O nosso interesse recai no material efetivo que os alunos entram em contato na sala de aula.

Os enunciados serão organizados em redes enunciativas, cuja concepção apresentamos a seguir:

2.2. O conceito teórico-metodológico de rede enunciativa

Tendo em vista a tese de que a relação entre referencial histórico e pertinência enunciativa fundamenta as articulações que se constituem interna e externamente à unidade

nominal, constituindo a formação nominal, há que se utilizar um dispositivo metodológico por meio do qual possamos produzir visibilidade às articulações internas e externas que o nome contrai na FN. Trata-se de um agrupamento operativo de enunciados para a análise da FN, facilitando a demonstração da constituição da unidade nominal para além da estruturação formal dos seus termos, de maneira a alcançar o nível do processo de constituição da unidade nominal, e não simplesmente do produto sintagmático. Essa sistemática de reunião de grupo de dados em comum forma o conceito de “rede enunciativa”.

A constituição de uma rede enunciativa envolve a aproximação de enunciados em um quadro que possa demonstrar semelhanças e diferenças entre construções linguísticas. Dessa maneira, podemos perceber o que aproxima e o que difere nos modos de dizer e nos modos de estruturar as FNs, no sentido de avaliar valores semânticos que a enunciação sustenta (Dias, 2023).

3. As identidades indígenas em formações nominais nos livros didáticos

Nesta seção, vamos abordar duas formações nominais básicas e seis formações nominais articuladas, extraídas dos livros didáticos, segundo o nosso objetivo de conhecer o acontecimento da enunciação que dá sentido ao indígena concebido na sua coletividade.

3.1. Formações nominais básicas

O termo “índio(s)” está em franco desuso nos livros didáticos de história atuais. Vejamos nesta rede enunciativa formações nominais constituídas por esse termo:

Quadro 1: rede enunciativa com o termo “índio(s)”

[1] Serviço de Proteção ao Índio (Jornadas-9: 65)
[2] Museu do Índio (Sapiens-6: 269)
[3] “Em <i>Desembarque...</i> , vemos muitos índios na praia, enquanto outros chegam pelas matas.” (Viver-7: 126)
[4] GARFIELD, Seth. As raízes de uma planta que hoje é o Brasil: os índios e o Estado-Nação na era Vargas. <i>Revista Brasileira de História</i> , São Paulo. v. 20, n. 39, 2000. (Supera-9: 141)
[5] Em 12 de outubro, chegaram a terras que pensavam ser as Índias e, por isso, chamaram seus habitantes de índios (Expedições-7: 62)

Fonte: autoria própria

A rede enunciativa nos permite observar que, no primeiro e no segundo enunciado, o termo integra a denominação de instituições. No terceiro e quarto enunciados, o termo

“índios” é recortado de publicações trazidas à locução, seja como citação, seja como parte integrante do nome de um artigo de periódico. No último enunciado, o termo aparece mencionado na perspectiva de uma outra locução: a dos tripulantes da esquadra de Cristóvão Colombo.

Dessa maneira, a significação desses termos nas formações nominais que se constituem nas coleções funciona enunciativamente sob o referencial histórico de uma nominalidade extrínseca, e assim, adquirem pertinência enunciativa como termos não assumidos pela locução, mas incorporados à textualidade. Trata-se da configuração material de uma locução não assumida.

Na nominalidade extrínseca, a mobilização do nome no enunciado é desvinculada da sua assunção como enunciador. Em Authier-Revuz (1990), essa discrepância na enunciação é abordada como “heterogeneidade mostrada”.

As formações nominais que incorporam esse termo se constituem em recortes assíncronos em relação aos enunciados da locução: “enunciou-se índio(s) em outro tempo e lugar”. E na qualidade de termos assíncronos em relação à locução, “índio(s)” adquire caráter de menção e não de uso.

Por outro lado, o termo “indígena(s)” apresenta-se amplamente hegemônico quando se trata de referir aos povos originários do Brasil e do restante do continente americano. Vejamos a rede enunciativa a seguir, com alguns exemplares de enunciados com esse termo:

Quadro 2: rede enunciativa com o termo “indígena(s)”

[1] Esse movimento atribua importância à figura do indígena para a história nacional (daí a centralidade do indígena na tela) (Jornadas-8: 227)
[2] A invasão e a ocupação da América do Sul por portugueses (e também por espanhóis) causaram a morte de milhares de indígenas (Alpha-6: 131)
[3] Calcula-se que, por volta de 1500, viviam no território correspondente ao do Brasil atual aproximadamente 3,5 milhões de indígenas (Viver-9: 127)
[4] Por que, ainda assim, a imagem do bandeirante prevaleceu sobre a imagem do indígena? (Alpha-7: 217)
[5] Tudo é muito misterioso quando se trata da história dos indígenas antes da chegada dos portugueses. (Doc-7: 31)

Fonte: autoria própria

Os enunciados dessa rede enunciativa apresentam “indígena(s)” na perspectiva contemporânea da locução. No entanto, em todos esses enunciados a referência do termo está direcionada para extratos temporais não contemporâneos. Vejamos: em (1), trata-se do século

XIX, especificamente do romantismo. Nos enunciados (2), (3) e (4), o direcionamento é para o século XVI e as décadas que a ele se seguem. Já no enunciado (5), temos uma referência mais distante ainda, quando o nome “índio” nem havia sido configurado enunciativamente na história, pois a referência do termo incide sobre o período anterior à chegada dos portugueses. Também nesse caso, implementa-se uma perspectiva de identidade contemporânea dos “índios” pelo termo “indígena”, não existente naquele período histórico.

Podemos observar, nesse quadro, a convergência de diferentes temporalidades no espaço da pertinência enunciativa contemporânea. Segundo termos de Guimarães (2002, p. 12, a enunciação é “um novo espaço de conviviabilidade de tempos”.

Na dimensão temporal da referência, o termo utilizado era “índio(s)” e não “indígena(s)”. Nos livros didáticos em análise, a locução transpõe o tempo histórico da referência por meio de uma sincronização do termo na atualidade da locução. Assim, aquele que no século XIX era significado com índio, na temporalização promovida pela locução, passa a ser significado como indígena².

Sendo assim, o referencial histórico que determina a significação nas formações nominais é o do fortalecimento de uma identidade indígena contemporânea, afastada do termo “índio”, oriundo de um discurso equivocado (seriam os habitantes da Índia)³ e homogeneizador (todas as identidades étnicas foram apagadas com esse nome comum).

O traço de pertinência que corresponde a essa atualização na materialidade enunciativa reside na generalização do uso do nome “indígena(s)” em todo o plano locucional dos enunciados, em todos os livros das coleções, elidindo a terminologia relativa a “índio” proveniente das vozes dos planos temporais do passado.

Vejamos agora diferentes redes enunciativas com formações nominais articuladas, isto é, aquelas em que o termo “indígena(s)” recebe convergentes em articulação.

3.2. Formações nominais articuladas

Vamos abordar a FN “nação(ões) indígena(s)”. Essa formação nominal aparece sob três pontos de vista no conjunto das coleções analisadas. No primeiro (Quadro 3), ela aparece designando povos indígenas brasileiros. No segundo (Quadro 4), ela aparece designando

² Não vamos levantar aqui a diferença de significação que perpassa os dois termos, uma vez que isso fugiria aos objetivos do trabalho. Certamente, configura-se como um ótimo tema de pesquisa a ser realizada no mesmo modelo teórico-metodológico que adotamos no presente estudo.

³ Esse equívoco tem sido repetido em discursos históricos desde a descoberta da América.

povos indígenas americanos. Essa segunda rede foi elaborada a título de contraste com a rede constituída no Quadro 3.

Quadro 3: rede enunciativa com “nações indígenas” - Brasil

[1] A partir do seminário, foi fundada a União das Nações Indígenas (UNI), uma organização de caráter nacional comandada por indígenas com o objetivo de defender os direitos desses povos (Sapiens-9: 272)
[2] Em 1980, jovens de diversas etnias indígenas criaram a União das Nações Indígenas (UNI), (SeLiga-9: 343)
[3] Como forma de resistência, em 1980, lideranças indígenas formaram a União das Nações Indígenas (UNI), (Supera-9: 222)
[4] “... reunir as diferentes nações indígenas e defender organizadamente seus interesses e necessidades” (KRENAK, Ailton. “Os índios não estão preparados para votar, para trabalhar, para existir...”. <i>Lua Nova: Revista de Cultura e Política</i> . v. 1. n. 1. São Paulo, 1984.) (Supera-9: 231)
[5] SOUZA, 1980 apud DEPARIS, Sidiclei Roque. União das Nações Indígenas (UNI): contribuição ao movimento Indígena no Brasil (1980- 1988). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2007. p. 85. (Sapiens-9, 272)

Fonte: autoria própria

Quando se refere aos povos indígenas brasileiros, a FN “nações indígenas” apresenta-se basicamente como componente do nome institucional “União das Nações Indígenas”, como nos enunciados 1 a 3. Além disso, aparece também em um enunciado constituído no âmbito de um artigo do escritor indígena Ailton Krenak (4). E ainda aparece como componente do título de uma dissertação citada no livro didático (5).

Temos aqui a mesma concepção adotada para “índio(s)”, como vimos na análise da rede enunciativa demonstrada no Quadro 1. Também na análise desta rede enunciativa, a significação das formações nominais “nações indígenas” está sob o referencial histórico de uma nominalidade extrínseca, isto é, está na perspectiva do não comprometimento com os efeitos da significação de “nação”. Dessa maneira, essas formações nominais aquirem pertinência enunciativa como nomes não assumidos pela locução, mas incorporados à textualidade.

A perspectiva de uma nominalidade extrínseca aparece nos poucos usos de “nação indígena” quando se refere aos grupos indígenas no Brasil. Dentre os 17 usos dessa formação nominal no conjunto dos 36 livros das nove coleções, encontramos apenas dois deles que não se situam na perspectiva de nominalidade extrínseca. Seguem os enunciados em que eles aparecem:

“Por causa de conflitos enfrentados pelas nações indígenas originárias do território brasileiro, falta de garantia do direito à terra, epidemias, exclusão social e

discriminação, estima-se que atualmente a população indígena total em todo o território brasileiro esteja em torno de 350 mil indivíduos. (Doc-7, 43)

Veja a seguir alguns desses conhecimentos comuns de diferentes nações indígenas por volta do século XV. (Jornadas-7, 22)

Em ambos os enunciados, esboça-se uma perspectiva de “nações indígenas” concebida numa dimensão diacrônica, especificamente, numa dimensão anterior à formação da nação brasileira.

Vamos à segunda rede com a FN “nações indígenas”, desta vez com enunciados relativos à história norte-americana.

Quadro 4: rede enunciativa com “nação(ões) indígena(s)”- EUA

[1] Algumas nações indígenas, que tinham acordos locais com colonos, também auxiliaram em combates esporádicos (Viver-8: 64)
[2] Essa jornada ficou conhecida como Trilha das Lágrimas e é lembrada até hoje por diversas nações indígenas como um dos episódios marcantes da violência e do extermínio sofrido no período da expansão para o Oeste dos Estados Unidos (Supera-8: 272)
[3] Enquanto as Treze Colônias lutavam para conquistar sua independência, na região dos Grandes Lagos existia uma grande nação indígena que se caracterizava pela sua organização matriarcal (SeLiga-8, 62)
[4] Essa política, conhecida como Marcha para o Oeste, resultou no genocídio de várias nações indígenas e na ampliação do território dos Estados Unidos (Sapiens-8: 76)
[5] A ocupação dessas terras por colonos era constantemente alvo da resistência, fato que contribuiu para o extermínio de diversas nações indígenas (Supera-8: 12)

Fonte: autoria própria

Diferentemente da rede enunciativa apresentada no Quadro 3, nesta rede a perspectiva da significação não se configura como uma nominalidade extrínseca. Ao contrário, trata-se de uma nominalidade intrínseca, assumida na própria dimensão locucional. Em outros termos, são termos efetivamente usados pelo locutor na tessitura do enunciado e não configurados ao modo da menção.

Assim, podemos estabelecer uma diferença fundamental sobre o estatuto de “nação” na perspectiva assumida pela locução nos livros didáticos de História analisados: os indígenas americanos se organizam como nação a partir de uma posição assumida na própria dimensão locucional das obras, porém, quanto aos indígenas brasileiros, eles se organizam em nação apenas na perspectiva da própria locução dos indígenas, e não na dimensão locucional dos autores das obras.

Essa diferença é configurada em termos de pertinência enunciativa na tessitura de uma locução não assumida em contraposição a uma locução assumida.

Temos, a partir disso, diferenças nas razões enunciativas das articulações internominais entre “nação” e “indígena” na constituição da formação nominal. No caso do contexto indígena brasileiro, indígena se articula com “nação” apenas do ponto de vista dos indígenas. Por sua vez, no caso do contexto indígena norte-americano, indígena se articula com nação numa perspectiva geral, intrínseca.

Ainda no tocante às formações nominais articuladas, vamos abordar a FN “civilização(ões) indígena(s) e civilização X”.

Os raros usos da FN “civilizações indígenas” estão situados nas partes dos livros reservadas para a abordagem dos povos “Maia”, “Asteca” e “Inca”, como em “Ao longo do tempo, esse cultivo se difundiu e passou a ser a base da alimentação das civilizações indígenas” (Supera-7: 120) e “(Chegada de Colombo): território que hoje é a América era povoado por diversos povos e civilizações indígenas” (Viver-7: 23).

Os usos mais comuns relativos à civilização estão concentrados nas formações nominais “civilização maia”, “civilização asteca” e “civilização inca”. É o que demonstra a rede enunciativa a seguir.

Quadro 5: rede enunciativa com “civilização maia”, “civilização asteca” e “civilização inca”

[1] conquista espanhola desintegrou profundamente as estruturas sociais, culturais e religiosas da civilização inca (Araribá-7: 109)
[2] Tenochtitlán, a capital da civilização asteca, e Cuzco, capital do Império Inca. (Expedições-7: 95)
[3] Isso facilitou o acesso às autoridades que governavam a civilização asteca (SeLiga-7, 86)
[4] Faça uma pesquisa sobre a civilização maia (Jornadas-6: 107)
[5] essa técnica de produção agrícola auxiliou a civilização asteca a manter a produtividade em alta (Doc-6: 207)

Fonte: autoria própria

A análise da relação entre referencial histórico e pertinência enunciativa nos demonstra que, assim como a significação de “nação indígena” no espaço norte-americano está determinada pelo referencial histórico de uma nominalidade intrínseca, da mesma forma, as formações nominais em pauta são significadas tendo em vista a relação entre essa nominalidade intrínseca e a pertinência enunciativa que se configura na própria dimensão locucional dos livros, isto é, uma dimensão assumida pela locução do enunciado como um todo.

Por sua vez, não há ocorrência de formações nominais voltadas para articulação entre civilização e os povos indígenas do território brasileiro, como “civilização tupinambá” ou “civilização tapuia”, por exemplo.

Também não encontramos a articulação de grupos indígenas com “tribo” ou “tribos”, e nem mesmo a formação nominal “tribo indígena” nos textos básicos do livro. Há raros usos de “tribos indígenas” em textos complementares, isto é, em textos citados ou mesmo título de pintura. Portanto, assim, como em “índios”, “tribos indígenas” se configuram em nominalidades extrínsecas ou não contemporâneos à locução.

Vejamos outra formação nominal articulada de média produtividade nas coleções analisadas: etnia indígena

Quadro 6: rede enunciativa com “etnia indígena”

[1] uma comunidade indígena na cidade de Porto Alegre se declarou descendente dos Charrua e conseguiu o reconhecimento do Estado brasileiro como etnia indígena remanescente. (Araribá-7: 195)
[2] As moradias de várias etnias indígenas eram também uma expressão cultural, que indicava a maneira como os indígenas se relacionavam com a natureza e entre si, na comunidade. (Supera-7: 132)
[3] Junte-se a alguns colegas, escolham uma etnia indígena e pesquisem a situação dela no Brasil no início do século XX (Sapiens-9, 39)
[4] Estudantes da etnia indígena Guató uniformizados em aula ao ar livre em aldeia localizada às margens do rio Paraguai, no Pantanal. (Doc-6: 15)
[5] A população das 16 etnias indígenas que habitam o parque voltou a crescer. (Doc-7: 43)

Fonte: autoria própria

Uma análise da rede enunciativa no Quadro 6 indica uma configuração de identidade indígena pela etnia quando se trata de produzir uma distinção e uma especificidade de um grupo indígena pela sua origem, sua expressão cultural, seu lugar na história e sua referência territorial.

Dessa maneira, a razão enunciativa que determina a articulação entre “indígena” e “etnia” é institucional e classificatória. Portanto, o referencial da diferenciação identitária perpassa essa articulação. E quando é pertinente na dimensão locutiva o uso da formação nominal “etnia indígena”? Na expressão da cultura, da situação histórica e da localização espacial de um grupo indígena, por exemplo.

Poucos são os usos da FN “etnia indígena” nas coleções analisadas. Por sua vez, três outras formações nominais perpassam os livros da coleção com larga predominância. Trata-se de “grupo(s) indígena(s)”, “povo(s) indígena(s)” e “comunidade(s) indígena(s)”.

Vejamos uma rede com enunciados dessas três formações nominais:

Quadro 7: rede enunciativa com “grupo(s) indígena(s)”, “povo(s) indígena(s)” e “comunidade(s) indígena(s)”

[1] alguns grupos indígenas têm se destacado na pesquisa (Sapiens-6: 146)
[2] Cada grupo indígena possui uma visão sobre o que é belo e procura manifestá-la em seus grafismos. (Supera-7: 12)
[3] Centro-Oeste e o Norte do Brasil já eram habitados por diferentes povos indígenas (SeLiga-9: 129)
[4] Para os povos indígenas, assim como para outros povos tradicionais, a produção do alimento começava com os preparativos para a caça, a pesca ou a coleta e os cuidados com o cultivo das roças. (Jornadas-7: 22)
[5] expulsar os jesuítas do Brasil e de Portugal, procurando acabar com a influência que exerciam na educação e nas diversas comunidades indígenas. (Expedições-8: 26)

Fonte: autoria própria

No procedimento da análise, situamos na mesma rede enunciativa as três formações nominais, tendo em vista que os referenciais históricos e suas configurações de pertinência se equivalem do ponto de vista do acontecimento de enunciação nos livros analisados.

Temos uma discrepância em termos de quantidade de ocorrências entre as três formações nominais. A FN “povo(s) indígena(s)” alcança o patamar de 1.415 ocorrências no total de livros das coleções. As outras duas formações nominais são menos utilizadas, mas ainda em patamares consideráveis.

Eles são intercambiáveis, dado que compartilham um referencial de diversidade, dispersão e mesmo de vagueza na identidade de “grupo”, “povo” e “comunidade”.

É possível que alguns usos estejam tomados em lugar de conceitos mais específicos. Isso ocorre no enunciado 2, por exemplo. A relação com a especificidade do conceito de beleza faz com que o termo a ser utilizado neste enunciado deva ser “etnia indígena” e não “grupo indígena”. No entanto, o referencial da dispersão na relação com “cada” predominou na constituição do grupo nominal “grupo indígena”.

Em alguns casos, a diversidade configurada por uma totalidade, por exemplo, pode determinar a perspectiva que constitui o referencial na significação da FN. Este é o caso do enunciado 4, em que “povos indígenas” indicaria a totalidade daquilo que é diverso.

Tendo em vista esses referenciais, no plano de pertinências enunciativas, essas formações nominais se agregam aos enunciados numa locução com nominalidades intrínsecas. Com efeito, as formações nominais em questão carregam baixo grau de especificidade e de engajamento em posições polêmicas na sociedade.

Dessa maneira, as três formações nominais podem ser intercambiáveis e se configuram como uma forma de enunciar a coletividade indígena sem que se comprometa

com pontos de vista historicamente instalados na temática do indígena na sociedade brasileira. Diferentemente de “nação indígena”, uma FN que se mostrou perpassada por posições antagônicas, as três formações nominais em questão não parecem suscitar um debate imediato nas tensões que o tema abriga. Daí seu largo uso nos livros didáticos.

Considerações finais

O estudo das formações nominais relativas à identidade indígena nos livros didáticos contemporâneos de história demonstrou, primeiramente uma adesão massiva ao nome “indígena” em lugar de “índio”. Na perspectiva do escritor indígena Daniel Munduruku, a palavra “indígena” concebe o originário e contempla a diversidade dos povos originários.

No entanto, a concepção de “nação indígena” não encontra nos livros analisados a mesma adesão de “indígena”. Da mesma forma, a concepção de tribo indígena não é adotada.

Assim, se os indígenas brasileiros não se organizam com identidade civilizatória, também não se organizam com base em identidades tribais, tendo em vista a dimensão locutiva dos manuais didáticos de história atuais. Por outro lado, os indígenas norte-americanos e os povos astecas, maias e incas são concebidos na concepção da identidade civilizatória. Nessa direção, pela análise, as nações indígenas não são concebidas como compatíveis com a nação brasileira.

O extenso uso da formação nominal “povos indígenas” indicaria uma maneira amena para se constituir referência histórica, longe das polêmicas em torno das identidades indígenas.

Do ponto de vista do suporte analítico do trabalho, as convergências de temporalidades e as discrepâncias de locução foram fundamentais na relação entre referenciais históricos e pertinências enunciativas na abordagem dos enunciados, do ponto de vista de uma Semântica da Enunciação.

Referências

- AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 19, p. 25-42, 2012.
- DIAS, L. F. *Enunciação e relações linguísticas*. Campinas: Pontes, 2018.
- DIAS, L. F. Redes enunciativas. *Línguas e Instrumentos Linguísticos*, Campinas, v. 26, n. 51, p. 155–172, 2023.
- FOUCAULT, M. (1969). *L'archéologie du savoir*. Tradução brasileira: *A arqueologia do saber*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.
- GUIMARÃES, E. *Os limites do sentido*. Campinas: Pontes, 1995.
- GUIMARÃES, E. *Semântica do acontecimento*. Campinas: Pontes, 2002.

GUIMARÃES, E. *Semântica; enunciação e sentido*. Campinas: Pontes, 2018.

PÊCHEUX, M. [1982] Lecture et mémoire: projet de recherche. in: MALDIDIER, D. *L'inquiétude du discours : textes de Michel Pêcheux*. Paris: Éditions des Cendres, p. 285-293, 1990.

PÊCHEUX, M. [1983] Papel da memória. ACHARD, P. et alii. *Papel da memória*. Campinas: Pontes, p. 49-57, 1999.

Recebido em: 15/08/2024; **Aceito em:** 15/08/2024.